



O direito urbanístico e o direito ambiental estão entrelaçados por uma múltipla rede de conexões que envolvem interesses comuns, pois o processo de urbanização, enquanto fenômeno complexo, exige a implementação de instrumentos adequados e eficientes para tornar as cidades ambientalmente sustentáveis, inclusivas, seguras e resilientes. A partir dessa perspectiva se evidencia a inafastável simbiose entre o direito ambiental e o direito urbanístico, posto que as duas disciplinas adotam o princípio da sustentabilidade como fundamento, fator que exige a operacionalização eficaz e conjunta de ambos os ramos jurídicos para atingir o equilíbrio urbano-ambiental. Em virtude dessa interface indissociável, as políticas de planejamento não podem ignorar o princípio do desenvolvimento sustentável, já que o ordenamento dos espaços urbanos deve se harmonizar com os instrumentos da política ambiental. Nesse contexto, a presente obra visa compreender a complexa dinâmica das cidades por intermédio de mecanismos sistêmicos que possam compatibilizar o desenvolvimento urbano com o meio ambiente equilibrado e sustentável.

GIOVANI FERRI

Prefácio

Gabriel Wedy

PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A SIMBIOSE ENTRE O DIREITO
URBANÍSTICO E O DIREITO AMBIENTAL

Área específica da obra

Direito Ambiental

Áreas afins do livro

Direito administrativo, direito constitucional, direito internacional, arquitetura, ciências ambientais, planejamento e gestão urbana

Palavras-chave

Direito ambiental, Direito urbanístico, Desenvolvimento urbano, Cidades sustentáveis, Ministério Público

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 3094

F388p Ferri, Giovanni
Planejamento urbano e desenvolvimento sustentável: a simbiose entre o direito urbanístico e o direito ambiental / Giovanni Ferri. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

398 p. 14,5x21,5cm
ISBN 978-65-5518-616-1

1. Direito ambiental. 2. Direito urbanístico. 3. Desenvolvimento urbano. 4. Cidades sustentáveis. 5. Ministério Público. I. Título.

CDD: 344.046
CDU: 349.6

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FERRI, Giovanni. *Planejamento urbano e desenvolvimento sustentável*: a simbiose entre o direito urbanístico e o direito ambiental. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 398 p. ISBN 978-65-5518-616-1.

Giovani Ferri

Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) desde 1996. Coordenador Regional do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo (GAE-MA). Doutorando e Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Especialista em Direito Ambiental pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com cursos de extensão na *University of Florida* (EUA) e *Università Degli Studi di Roma Tor Vergata*. Professor de direito ambiental em cursos de pós-graduação. Membro da Associação Brasileira dos membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA) e da Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental (REDEMPA). Foi professor de direito ambiental na Escola da Magistratura do Paraná (2010-2015) e Coordenador Regional do Ministério Público junto à Bacia Hidrográfica do Rio Paraná e ao Reservatório do Lago de Itaipu (2005-2017).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Gabriel Wedy	19
INTRODUÇÃO	27
CAPÍTULO 1	
A TUTELA DO MEIO AMBIENTE PARA A GARANTIA DAS FUTURAS GERAÇÕES	35
1.1 A crise ecológica da sociedade contemporânea.....	36
1.2 Imprescindibilidade de uma nova ética ambiental	42
1.3 A justiça ecológica e o reconhecimento do valor intrínseco da natureza.....	46
1.4 Os limites planetários (<i>Planetary Boundaries</i>).....	51
1.5 O desenvolvimento tecnointustrial e a sociedade de risco na Era do Antropoceno	54
1.6 A edificação do Direito Constitucional Ecológico	65
1.7 Meio ambiente equilibrado como direito de terceira geração e direito humano fundamental.....	68
1.8 A construção do Estado Ambiental de Direito	76
CAPÍTULO 2	
O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVAS	81
2.1 Dimensões sistêmicas da sustentabilidade.....	81
2.2 Primeira fase: do Clube de Roma à Declaração de Estocolmo	84
2.3 Segunda fase: a Carta Mundial da Natureza, o Relatório Brundtland e a Rio 92.....	89
2.4 Terceira fase: da Cúpula do Milênio à Declaração de Johannesburgo	92
2.5 Quarta fase: Rio+20, Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	95
2.6 Juridicidade do desenvolvimento sustentável no Brasil: da Política Nacional do Meio Ambiente à Constituição Federal de 1988	100
2.7 Compatibilização entre o Desenvolvimento Sustentável e a Ordem Econômica	104
CAPÍTULO 3	
A EVOLUÇÃO DO DIREITO URBANÍSTICO E SUA INTERFACE COM O DIREITO AMBIENTAL	107
3.1 O surgimento das cidades e o fenômeno da urbanização.....	108
3.2 Fase da industrialização e do surgimento das grandes metrópoles	113
3.3 Expansão urbana no Brasil contemporâneo.....	120
3.4 Autonomia e interdisciplinaridade do direito urbanístico.....	122
3.5 A sustentabilidade urbano-ambiental.....	128
3.6 A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano da década de 1960 à Constituição Federal de 1988	131
3.7 O advento do Estatuto da Cidade como instrumento de ordenamento urbano.....	139
3.8 Direito às cidades sustentáveis.....	143
3.9 Sustentabilidade urbana \times crescimento populacional desordenado	148
3.10 As dimensões social, econômica e ambiental da <i>Cidade Coerente</i>	151
3.11 O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11: as cidades sustentáveis e resilientes	156
3.12 As cidades verdes (<i>green cities</i>) como modelos de sustentabilidade.....	161
3.13 Construções verdes ou sustentáveis (<i>green building</i>).....	166
3.14 As cidades inteligentes (<i>smart cities</i>): um novo paradigma tecnológico para a sustentabilidade ambiental e urbanística	172
3.15 Mudanças climáticas: consequências sociais, ambientais, econômicas e urbanísticas à luz dos relatórios do IPCC e metas do ODS 13, Acordo de Paris, Pacto de Glasgow e Conferência de Sharm El-Sheikh.....	183
CAPÍTULO 4	
O PLANEJAMENTO URBANO COMO POLÍTICA PÚBLICA ESSENCIAL.....	201
4.1 Evolução das normas de planejamento urbano.....	201
4.2 A boa governança como elemento essencial ao desenvolvimento sustentável e ao planejamento urbano.....	206
4.3 Mecanismos de democracia participativa na gestão ambiental e urbanística.....	219
4.4 O Princípio da Participação Popular na Declaração de Estocolmo, Declaração Rio 92, Convenção de Aarhus, Acordo de Escazú e Opinião Consultiva nº 23/17 da CIDH	223
4.5 Democracia participativa na Carta Mundial pelo Direito à Cidade, Nova Agenda Urbana e Estatuto da Cidade.....	237

4.6	O direito fundamental à moradia como expressão da dignidade da pessoa humana e a problemática do déficit habitacional	243
4.7	Os assentamentos precários e a segregação socioespacial urbana.....	258
4.8	Desigualdades sociais e estruturais no processo de urbanização	265
4.9	Racismo ambiental e urbanização.....	273
4.10	As ocupações em áreas de risco, a prevenção de desastres no âmbito do direito internacional e os desafios da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil	283
4.11	Plano diretor como instrumento de desenvolvimento urbano.....	300
4.12	O processo de revisão do Plano diretor, o Princípio da Coesão Dinâmica e a responsabilidade do gestor público.....	312
4.13	Parcelamento, uso e ocupação de solo no direito urbanístico	316
4.14	A problemática do parcelamento irregular de solo rural para fins urbanos	325

CAPÍTULO 5

O MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA ATUAÇÃO EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DA ORDEM URBANÍSTICA.....

5.1	As Promotorias de Habitação e Urbanismo e os Grupos de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo	333
5.2	Plano Setorial de Ação como mecanismo de atuação estratégica do Ministério Público nas áreas de habitação e urbanismo.....	335
5.3	A Ação Civil Pública como mecanismo de tutela do meio ambiente e do ordenamento urbano	340

CONCLUSÃO.....

REFERÊNCIAS.....